



3775 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT11 - Política da Educação Superior

A Internacionalização na Educação Superior: Mapeando a Mobilidade Discente Da Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Mateus Santos Souza - UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Natanael Reis Bonfim - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

RESUMO: O objetivo é discutir a política de internacionalização focado na mobilidade discente no ensino superior da Universidade Estado da Bahia – UNEB. Faremos o levantamento protocolar de Acordos de Cooperação Internacional dessa universidade. A pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória como lócus para a pesquisa documental a SERINT, focando os cursos de pós-graduação.

Palavras-chave: Cooperação Acadêmica. Internacionalização. Pós-graduação.

A INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MAPEANDO A MOBILIDADE DISCENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA – UNEB

Mateus Santos SOUZA

Natanael Reis BOMFIM

Na contemporaneidade, a expansão dos programas de mobilidade discente é uma característica da internacionalização no ensino superior, pois representa o despertar de uma consciência para um novo perfil profissional necessário para atuar no mundo em rápida transformação, que lhe exige postura crítica com desenvoltura internacional. Sobre isso, afirma a professora doutora Jane Knight, do instituto de Estudos da Universidade de Ontário, no Canadá, “o mundo se transforma a passos rápidos e a sociedade do conhecimento avança na construção de recursos humanos de alto nível, aptos ao exercício da interpretação das condições internacionalizadas que alimentam a própria internacionalização das universidades”. (KNIGHT, 2004)

Conceitualmente, a internacionalização corresponde ao “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário” (KNIGHT, 2004, p.2). Nessa perspectiva, pode se manifestar de diferentes formas, como promovendo a mobilidade física dos indivíduos, a cooperação acadêmica de pesquisadores, professores e estudantes, bem como a parceria transnacional entre universidades de diferentes partes do mundo, envolvendo múltiplos atores.

A partir da década de 1990, do século passado, com a expansão das práticas de internacionalização da educação superior, os fatos gerados por esse tipo de prática nas formações sociais passaram a ser tematizados em trabalhos de pesquisas, em documentos de políticas e na retórica administrativa dessas mesmas formações (HUDZIK, 2011). Com esse avanço, o conceito de internacionalização enquanto política que intervém sobre as decisões educacionais pode adquirir significados diferentes dependendo de quem está na fonte de sua “interpretação” e do contexto ao qual ela se aplica com o objetivo de ser concretizada (MIURA, 2006).

A este respeito, o relatório da NAFSA (Association of International Educators), conduzido por Hudzik (2011) traz dados de pesquisas descrevendo as últimas décadas como um período marcado pela emergência de fatores sociais novos e poderosos que vêm revigorando as dimensões internacionais do ensino superior, o fluxo transfronteiriço dos estudantes, pesquisadores, as ideias e a expansão do currículo acadêmico. Esses dados compilados durante o período de 2009 a 2010 sinalizaram um aumento de 53% de matrículas realizadas no ensino superior de instituições estrangeiras. Esses resultados prefiguram um crescimento ainda maior pela demanda de até 150% até 2025 (HUDZIK, 2011, p.07). Portanto, esta nova ordem educativa mundial carrega em si práticas seculares de internacionalização em massa, como é o caso da mobilidade nas trocas de conhecimento, o comércio, as forças sociais, as trocas de ideias que impulsionaram e tornaram ainda mais significativa a internacionalização da educação nos dias atuais (HUDZIK, 2011, p.07).

Segundo Knight (2006), no primeiro momento, as universidades matriculariam os seus estudantes e, em seguida, os enviariam acompanhados do corpo docente ao exterior, ambos carregando expectativas e interesses pela concorrência econômica e/ou por questões de diversidade cultural difundidas por suas instituições. Em segundo lugar, elas desenvolveriam programas, conferências e cursos no exterior para motivar a mobilidade acadêmica e o compartilhamento de informações. Em terceiro, firmariam acordos de parcerias e definiriam rumos para pesquisa e finalidades de recursos financeiros. Este fato leva a questionamentos de que a internacionalização estaria mais direcionada ao mercado e à economia do que para a formação educacional. Finalmente, as universidades internacionalizariam os seus currículos por meio da inclusão de elementos culturais e globais. Tudo isso requer (re)ajustes estruturais, em todas as instâncias institucionais.

Assim, tendo por base as instruções de Knight (2004), no caso brasileiro, as motivações que impulsionam as atividades nesse contexto não são totalmente diferentes de outros países, exceto aqueles que têm um sistema privado de educação e que concedem autônoma às suas universidades para que elas se coloquem como balcão de negociação e venda de programas de intercâmbio como ocorre no Canadá, nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países.

Nessa mesma margem de reflexão, Tauchen (2015) diz que as tendências à internacionalização e à globalização se manifestam em áreas cruciais para as sociedades modernas como a educação, mobilizando ações de indução, controle e reflexão voltados para a organização dos sistemas educacionais na forma de políticas, pesquisas e teorias.

Diversas nações desenvolvem programas de cooperação internacional visando a mobilidade discente, sendo esta uma das atividades que mais se destacam no processo de internacionalização. É possível citar exemplos como: 100K Strong in the Americas (Estados Unidos), que tem como objetivo aumentar o número de estudantes norte-americanos na América Latina e Caribe e vice-versa; 100k US- China Strong (Estados Unidos) com a meta de enviar estudantes norte-americanos para China e vice-versa; Erasmus Mundus (União Europeia) criado em 2004 e inicialmente focado em bolsas de mestrado e doutorado para não-europeus; Horizon 2020 (União Europeia) considerado o maior programa de pesquisa e inovação da União Europeia, foca no desenvolvimento da competitividade global da Europa através de fomento à pesquisa, inovação e bolsas para pesquisadores de qualquer nacionalidade; University Mobility in Asia and the Pacific (UMAP), iniciativa que compreende 35 países e cerca de 570 universidades participantes da região Ásia-Pacífico e que busca ter uma melhor compreensão dos sistemas culturais, econômicos e sociais da região, através de cooperação entre IES e aumento da mobilidade discente internacional.

No Brasil, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criada em 1951 com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. Também em 1951 surgia o Conselho Nacional de Pesquisa (atual CNPq) com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. Como atividade de fomento, concedeu-se 75 bolsas divididas para as áreas de ciências físico-matemáticas e de ciências biológicas, puras e aplicadas; para o ano de 1952, relata 145 beneficiários de bolsas no país e 43 no exterior.

Ao longo das últimas décadas, em nível governamental, destacam-se os programas de cooperação internacional coordenados pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES. O objetivo principal é desenvolver as atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial. Em 1979 a CAPES criou o programa Capes/Cofecub, primeiro acordo de cooperação internacional da agência, que visava o intercâmbio científico entre as instituições de ensino superior do Brasil e da França. Vigente até a atualidade, o programa tem editais anuais com novas oportunidades, já atendeu mais de 870 projetos, formou cerca de 3.000 doutores em várias áreas do conhecimento e envolve 37 IES brasileiras e 64 IES francesas, mais recentemente, as atividades também têm se voltado para graduação.

É importante ressaltar a existência de programas multinacionais, que envolvem mais de dois países, como: Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-graduação (PEC-PG), voltado para receber alunos da África, América e Ásia em universidades brasileiras; Programa CAPES PPCP Mercosul, que visa estimular o intercâmbio de discentes dos estados membros do Mercosul; Universidade em rede do BRICS, programa de cooperação internacional para pós-graduação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; entre outros.

Com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras em 2011, estudantes de graduação e pós-graduação foram estimulados a fazer estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, “o propósito acadêmico da cooperação acadêmica envolve a realização de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da graduação e da pós-graduação, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da educação e da ciência, por meio da colaboração com parceiros estrangeiros” (MARRARA, 2007).

A mobilidade discente internacional é realizada percorrendo um caminho, primeiramente normativo, interno à IES, passando por estruturas acadêmico-burocráticas para que a mobilidade ocorra de fato. Contudo, este processo envolve questões de cunho pedagógico, uma vez que o estudante que realiza atividades acadêmicas no exterior, precisa que essas sejam posteriormente convalidadas com conteúdos curriculares previstos nos projetos políticos-pedagógicos dos cursos. Estes, por sua vez, obedecem aos critérios, normas e diretrizes estabelecidos pelo ministério da educação (MEC) e/ou Conselho de Estadual de Educação (CEE), (BRASIL, 2018).

A pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, pois busca a possibilidade de aprender na interação “entre” e “com” as diferentes experiências (WERLE, CASTRO, 2000; COWEN, KAZAMIAS, ULTERHALTER, 2012; MALET, 2004). O caminho metodológico, como fundamentação e prática, pensamento e ação, sintetiza o esquema interpretativo norteador da investigação (GATTI, 1999).

O *Lócus* para a pesquisa documental será a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com recorte nos estudantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, enfocando a mobilidade discente internacional através de acordos de cooperação internacional e missões científicas no período de 2013 a 2018. Esse recorte justifica-se, pois foi em 2014 que a SERINT foi criada, a partir do novo projeto de gestão UNEB Democrática e de Qualidade 2014-2017, substituindo a Assessoria para Cooperação Internacional (ASSECI), sinalizando assim uma política de valorização do setor pela universidade, com o intuito de assessorar o Gabinete da Reitoria e difundir informações sobre as ações de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico (UNEB, 2017)

A UNEB reconhece o desenvolvimento das ações como importantes fatores nas avaliações acerca da qualidade da educação por partes dos órgãos oficiais, ao enfatizar que “a internacionalização é fator extremamente relevante para oxigenação das relações universitárias no mundo globalizado” (UNEB, 2013 p.37)

Optamos pela análise documental em: tabelas estatísticas, cartas, pareceres, atas, relatórios, memorandos, obras originais de lei, ofícios, discursos, etc. Gil (2002) corrobora dizendo que esse método é vantajoso por ser uma fonte rica e estável de dados, o que possibilita baixos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada dos dados.

Finalmente se traçará uma “cartografia”, enfocando os cursos de origem dos alunos participantes e os países de destino.

Em síntese, a organização metodológica foi desenvolvida em três etapas que compreenderam: 1) coleta de dados no diretório, 2) tabulação das informações e 3) análise dos resultados encontrados.

Ainda com conclusões restritas, este trabalho espera contribuir com a discussão a respeito da mobilidade discente internacional, ficando evidente a necessidade de aprofundar o tema e rever o caminho trilhado pela instituição aqui avaliada, bem como na formação crítica dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros que reconhecem o Brasil como um *locus* para suas respectivas interlocuções científicas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Marta Luz Sisson.; WERLE, Flavia Obino Corrêa. **Reconstruindo a produção na área de Administração da Educação: 1982-1994: perspectivas temporal e temática em periódicos nacionais.** Educação PUCRS, Porto Alegre, 2000.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020.** v. 1. Brasília: CAPES, 2010. Ministério da Educação, Brasília, 2004. Disponível em:

COWEN, Robert.; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine. Educação comparada: panorama internacional e perspectivas. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

DEVECHI, Catia Piccolo.; TAUCHEN, Gionara. Garantia da qualidade e da avaliação: um estudo comparado sobre as decorrências do processo de Bolonha na comunidade dos países de língua portuguesa. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v.22, n.2, p.240-263, jul-dez. 2015. Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep>

DE WIT, Hans. **Internationalization of higher education in Latin America:** a historical, comparative, and conceptual analysis. Westport: Greenwood Press, 2002.

_____. KNIGHT, Jane. **An internationalization model: Responding to new realities and challenges.**In: DE WIT, Hans et al. Internationalization of higher education in Latin America: The International Dimension. Washington: World Bank, 2005.

GATTI, Bernadete A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUDZKI, John. **Internacionalización integral: del concepto a la acción.**www.nafsa.org/cizn

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodeled: Definition, Approaches and Rationales.**Journal os studies in international education, v.8, n.1, 2004.

MALET, Regis. Do estado-nação ao espaço-mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada.**Caderno Cedes**, Campinas, vol.25, n. 89. P. 1301-1332, Set-Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MARRARA, Thiago. **A legalidade na relação entre Ministérios e Agências Reguladoras.**In: ARAGÃO, A.S. (org.), **O poder normativo das agências reguladoras.** Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 509-36.

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento** Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2006.

RUDZKI, Romuald. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice.**University of NewCastle upon Tyne, United Kingdom: 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

UNEB. S.d. Pró-Reitoria e Secretarias. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2010/08/contatos_pro_reitorias_secretarias.pdf>. Acesso em: julho 2018.

_____. 2013a. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017. Salvador, 2013. Disponível em: . Acesso em: julho 2018